



Ambiente & Sociedade

ISSN: 1414-753X

revista@nepam.unicamp.br

Associação Nacional de Pós-Graduação e

Pesquisa em Ambiente e Sociedade

Brasil

Horta Duarte, Regina

À sombra dos fícus: cidade e natureza em Belo Horizonte

Ambiente & Sociedade, vol. X, núm. 2, julio-diciembre, 2007, pp. 25-44

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade

Campinas, Brasil

Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31710203>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica

Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso abierto

À SOMBRA DOS FÍCUS: CIDADE E NATUREZA EM BELO HORIZONTE*

REGINA HORTA DUARTE¹

À sombra dos fícos: cidade e natureza em Belo Horizonte

"Sossega, minha saudade. Não me cicies outra vez
O impróprio convite.
Não quero mais, não quero ver-te,
meu Triste Horizonte e destroçado amor."

Carlos Drummond de Andrade, Triste Horizonte, 1977.

1 Introdução

Naquela manhã de 20 de novembro de 1963, inúmeros moradores da cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, Brasil, foram surpreendidos, ao passarem pela Afonso Pena, principal avenida da cidade. Durante a noite, a prefeitura acabara de iniciar o corte de centenas de frondosos fícos. A paisagem exuberante daquela avenida constituía um verdadeiro cartão postal de Belo Horizonte, apresentada orgulhosamente, desde sua fundação em 1897, como "cidade jardim".

Curiosamente, a derrubada da vegetação da Avenida Afonso Pena não foi um ato isolado na mudança da arborização da cidade. Naqueles meses e ao longo de toda a década de 1960, muitas outras vias tiveram sua arborização derrubada visando seu alargamento, numa época em que a frota de carros particulares em Belo Horizonte, como em todo o Brasil, cresceu assustadoramente. Entretanto, o corte dos frondosos e antigos fícos da Afonso Pena foi o mais largamente debatido, lamentado como sinal das perdas trazidas pelo progresso ou aplaudido como medida corajosa frente à necessidade de desenvolvimento, criticado como atitude arbitrária da prefeitura ou defendido como ato decisivo das autoridades responsáveis, fonte de saudade para os habituados ao abrigo de suas sombras ou de alívio para

*Apoyo: CNPq, FAPEMIG.

¹Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Autor para correspondência: Regina Horta Duarte, Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, CEP 31270-901, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: reginahd@uai.com.br

Recebido: 10/3/2006. Aceito: 10/10/2006.

aqueles que se sentiam atormentados pela forte praga de insetos, os tripes, que os acometeu naqueles anos.

Este evento – ainda bastante presente na memória dos moradores mais antigos da cidade - demonstra como os estudos sobre as relações entre as sociedades e a natureza não devem se limitar a áreas de preservação, florestas ou campos facilmente reconhecíveis como ambientes naturais. Os homens citadinos convivem com rios, com o lixo que produzem, com uma fauna urbana e também com as árvores das praças, dos parques e das ruas pelas quais transitam cotidianamente.

O caso de Belo Horizonte naqueles anos aparece também como um bom exemplo do desequilíbrio gerado por atividades urbanas, pois pode-se estabelecer uma relação importante entre os tripes – praga que atacava os ficus desde o início da década de 60 - os ficus da Avenida, o desmate excessivo nas imediações da cidade naquela época, e o forte predomínio dos pardais na região central de Belo Horizonte na época.

O evento dos ficus aquece ainda uma antiga polêmica sempre levantada pelas autoridades municipais ao longo do século XX, na qual se acusavam os moradores de vandalismo renitente contra a arborização urbana. Evidencia-se um elemento complicador nesse discurso oficial, já que o imenso ato de vandalismo partia da própria prefeitura, muitas vezes acusada de ter envenenado os ficus para justificar seu corte, afrontando uma identidade compartilhada pelos habitantes de uma idealizada “cidade vergel”.

Considerando-se que as relações dos homens com o ambiente constituem-se de maneira indissociável às relações dos homens entre si (CASTRO, 1992, p. 13-28), a polêmica em torno do corte dos ficus certamente envolveu questões afetivas, sociais e, sobretudo, políticas, em jogo naquele momento extremamente tenso da história do Brasil, na qual Minas Gerais assumiria, em breve, um papel definitivo e decisivo.

2 Uma avenida e suas árvores

Inaugurada em 1897 como a nova capital de Minas Gerais, em substituição à colonial Ouro Preto e gestada no seio de ideais republicanos positivistas, Belo Horizonte foi delineada como uma cidade modelo. O predomínio das linhas retas na configuração das avenidas largas resultava num verdadeiro tabuleiro de xadrez. Nele, as movimentações das pessoas, bens e mercadorias deveriam se realizar de forma racional e, sobretudo, previsível, em sintonia com o lema “ordem e progresso”, vitorioso nos projetos republicanos então predominantes na sociedade brasileira.

A república no Brasil instaurou-se sem as bases de uma identidade coletiva, gerando frustrações decorrentes do caráter inconcluso da real efetivação das instituições republicanas na sociedade brasileira. Sem abrir espaço para uma cidadania efetiva, manteve o grosso da população exilada dos canais de participação e decisões (CARVALHO, 1990, p. 29-33). Nesse contexto, Belo Horizonte surgiu como uma das expressões dessa ausência de referências compartilhadas, construída num espaço destituído de sentidos políticos para os mineiros de então, o Curral del Rei. Traçada à régua e justificada em discursos autoritários de técnicos e engenheiros competentes, a capital projetava-se no futuro, apresentando-se como marco de uma era inaugural, mas simultaneamente delimitava lugares e práticas

excludentes e elitistas na uniformidade de sua malha urbana (JULIÃO, 1996, p. 49-57; MELLO, 1996, p. 27-30).

A planta da cidade tinha um efeito segregacionista, dividindo a cidade em uma zona urbana e núcleo central da cidade (cujo eixo era a Avenida Afonso Pena), uma zona suburbana e uma área rural. Nesse sentido, delimitava-se muito claramente uma hierarquia de espaços por onde se dividiam pessoas e habitações. As populações pobres viviam para além dos limites da Avenida do Contorno, numa área considerada perigosa e insalubre, com sua paisagem de matos ralos entrecortados por humildes cafunas, contrapondo-se quase como uma não-cidade em relação aos espaços centrais e planejados, num exílio espacial coerente com a exclusão do exercício da cidadania efetiva (LE VEN, 1977; JULIÃO, 1996).

Tal disposição era claramente tributária do conceito de “cidade jardim”, sistematizado pelo urbanista inglês Ebenezer Howard (1850-1928), em que se propugnava uma cidade limitada em número de habitantes numa área circundada por um cinturão verde agrícola. Desejava-se possibilitar uma organicidade maior das funções necessárias às aglomerações humanas, ajuntando valores urbanos e rurais, destacando especialmente a presença do meio natural na própria cidade. Para tanto, idealizava-se uma estrutura política em que as autoridades públicas deveriam ter poderes suficientemente fortes para reunir e manter a terra, planificar a cidade, as construções e oferecer os serviços básicos (MUMFORD, 1965, p. 653-663).

A apropriação dessas idéias pelos fundadores de Belo Horizonte é inegável, com a organização de um entorno agrícola, a projeção de uma população de 200 mil habitantes, a centralização das decisões pelas autoridades, e também, o destaque imenso dedicado ao planejamento de praças e jardins, cuja beleza passou a ser elogiada em prosa e verso pelos seus mais ilustres moradores e visitantes. Certamente não se tratava apenas de uma importação de idéias, mas sim da adaptação – pela elite - aos seus sistemas de dominação. Assim, mesmo a criação de áreas verdes seguia a mesma lógica de exclusão fundamental no projeto de organização da cidade: logo nas primeiras décadas, um decreto proibia a permanência ou trânsito, nos jardins, praças e parques públicos, de pessoas alienadas, descalças, indigentes, carregando grandes volumes ou sem trajes decentes (DECRETO 10, 24/06/1925).

Mas foi justamente o verde, moldura das principais ruas da cidade, o elemento inaugrador de um sentido comum importante para os habitantes da capital. As árvores urbanas foram investidas do significado de um patrimônio coletivo. A imagem da cidade-jardim passou por inúmeras reinvenções ao longo das décadas da história de Belo Horizonte, tornando-se uma das idéias mais recorrentes quando de sua evocação (CHACHAM, 1996, p. 213-217).

Através da referência poética de cidade vergel, os escritos sobre Belo Horizonte decantavam sua paisagem peculiar. Em 1920, João do Rio descrevia a capital como um “miradouro dos céus”, arborizada como só o paraíso deveria ser (RIO, 1920, p. 99-110). Mário de Andrade, em 1924, evocava seus “enormes coágulos de sombra”, a “luta pavorosa entre floresta e casas” assim como o silêncio fresco a desfolhar de suas árvores (ANDRADE, 1987, p. 178-189). Para o cronista Sylvio de Vasconcelos, ao escrever sobre os anos 20, a cidade aparecia como densa floresta, com seu arvoredo copado (VASCONCELOS, 1991, p. 24-30). Na década de 40, Abílio Barreto elogiava a sua arborização magnífica (BARRETO,

1950) Carlos Drummond de Andrade, ao percorrer a cidade de “árvore tão repetidas”, confessava com lirismo: “debaixo de cada árvore faço minha cama, em cada ramo penduro meu paletó” (DRUMMOND, 1930, p. 36).

Também os escritos oficiais reafirmaram tais imagens como a marca especial de Belo Horizonte, como se pode constatar ao longo dos relatórios anuais das prefeituras. Sempre se ressaltava a arborização como tarefa indispensável da administração, pela necessidade de garantir a manutenção da paisagem amalgamada à identidade citadina. Ao mesmo tempo, os relatórios deixam entrever um renitente conflito entre os ideais elitistas de uma cidade arborizada e as atitudes de parte da população, que constantemente destruía mudas, cercas e árvores (RELATÓRIOS, 1899-1969). Muitas vezes tais ações eram tão somente guiadas pela precariedade das condições de sobrevivência, pois as cercas de madeira e os galhos das árvores eram cobiçados como lenha para os fogões das residências mais humildes.

Já em 1905, por exemplo, o relatório do prefeito lamentava a impossibilidade de garantir o policiamento sobre a ação dos “desocupados e vândalos” que barbaramente sacrificavam as plantas, pisoteavam os gramados e roubavam as estacas protetoras das mudas. Para evitar tais atos, decidiu-se revestir as árvores com arame farpado (RELATÓRIOS, 1905, p. 25/1906, p. 21/1908, p. 26). Em 1937, a prefeitura apontava o povo como o mais “atroz inimigo” do verde, cujas “mãos criminosas” roubavam estacas e quebravam mudas. Em 1962, o mesmo discurso se repetia, com a mesma queixa da impossibilidade de vigiar e impedir a “ação inconsciente dos destruidores” (RELATÓRIOS, 1937, p. 61, 148/1962, p. 33).

Ao mesmo tempo em que o verde se afirmou como um patrimônio coletivo, a ação dos habitantes também expressava conflitos estruturais. Destruía-se justamente o pouco que havia em comum, atingindo-se uma arborização que, não por coincidência, privilegiava apenas as áreas mais nobres da cidade, uma vez que os bairros operários permaneciam ausentes das políticas públicas de embelezamento.

Num exercício perverso da cidadania, tais atos se efetivavam em uma violência fragmentada e reativa, sem adquirir quaisquer sentidos de luta por uma real participação e exercício dos direitos políticos e civis (CARVALHO, 1987, p. 164). As autoridades respondiam a esses atos reforçando a lógica excludente de exercício de poder, quase sempre clamando por mais vigilância ou até recorrendo ao arame farpado, reafirmando a visão de uma população ignorante e incapaz a ser controlada e guiada por uma elite mais culta e preparada.

Coerentemente com a leitura oficial do conceito de cidade jardim e com os ideais políticos, a arborização da Avenida Afonso Pena recebeu um cuidado especial. Ali foram plantados, no alvorecer do século XX, centenas de mudas de *Ficus benjamina*, em toda a sua extensão. Essa espécie, de origem asiática e muito utilizada na arborização urbana no início do século XX em várias cidades brasileiras (FREYRE, 1989, p. 76, 77), caracteriza-se por suas raízes fortes, potentes e expansivas, seus troncos espessos, suas copas generosas e pela altura de até 20 metros.

De norte a sul da área urbana de geometria clara e arejada, a Afonso Pena estendia-se na generosidade dos seus cinqüenta metros de largura em uma longa reta, como uma espécie de espinha dorsal. Ao longo dos anos em que se afirmou como trajeto obrigatório, tornou-se mais que uma linha estática no mapa da cidade planejada, configurando-se antes como um “espaço praticado” pelos habitantes que, ao percorrê-la, a reinventavam. Nos

rastros de seus passos pelas vias geometricamente definidas pelo urbanismo, os transeuntes faziam de seu percurso um ato inaugurador (CERTEAU, 2000, p. 179-216).

Na década de 1920, Drummond subia a Avenida Afonso Pena até seu ponto máximo, aos pés da Serra do Curral, cravando os olhos, como um deus do Olimpo, “nessa massa de folhas e luzes que formava a perspectiva da larga rua central” (ANDRADE, 05/05/1930, p. 10). Também Pedro Nava galgava ao mesmo ponto para observar a cidade aos seus pés, “como a Campos Elíseos de cima dum Arco do Triunfo”. Observava os dois renques prodígio dos fícus, “cujas copas de veludo verde tomavam tons preciosos ao sol descambante, metalizavam-se e fervilhavam em cada folha cintilações de esmalte” (NAVA, 1979, p. 255)

Aquelas árvores transformaram a Afonso Pena em um “túnel espesso de verdura” (ANDRADE, 05/05/1930: 10). Dos cinqüenta metros de largura, uma área muito grande era ocupada pelas duas fileiras paralelas de frondosos fícus, com suas raízes espalhadas na superfície do solo, tornando-o irregular, e suas copas entrelaçando-se e fornecendo um compacto abrigo de largas sombras aos caminhantes que ali se deixassem ficar preguiçosos, distraídos de seu destino, transgressores da rapidez que os trajetos supostamente deveriam ter. Árvore privilegiada pelos urbanistas da época por seu crescimento rápido e por uma estética do exotismo, o fícus não deixava de ser uma contradição dos projetistas: desejosos de vias claras e de grande visibilidade, plantaram centenas de mudas de árvores que trariam, ao longo das décadas, com o incremento de suas copas e suas sombras, o ocultamento da avenida. Aos que viviam “ao rés do chão” restava a alegria do acolhimento naquele corredor quase labiríntico de troncos e raízes, refrescados sob as “manchas de verdura, ao longo do paralelo dos bondes” que “à cidade deram notoriedade e fama” (A CIDADE, 21/09/1939, p. 3).

Assim como a palavra escrita dos poetas e cronistas, as imagens fotográficas também empreenderam uma construção simbólica da Avenida. Os cartões postais tornaram-se quase uma febre nas primeiras décadas do século XX, consagrando determinadas perspectivas, construindo roteiros pedagógicos de como os lugares deveriam ser olhados, fixando cenários tanto para os cidadãos das localidades, como para os seus visitantes. Ao largo de sua pretensa objetividade, a fotografia criava interpretações sobre os locais retratados, celebrando determinados imaginários de noções positivas a serem fixadas (BORGES, 2003, p. 59-109; SCHAPOCHNIK, 1998, p. 436; ARRUDA, 2003, p. 14, 149). Mais que meramente informar “como era realmente” a Avenida Afonso Pena ao longo do século, os postais à venda nas bancas do centro da cidade, assim como as fotos divulgadas nas páginas da imprensa, acabavam por criar uma comunidade de sentidos acerca daquele espaço por onde se transitava cotidianamente.

Algumas imagens daquela via, datadas do início do século, mostram-nos a avenida perpendicular à Serra do Curral, as mudas de árvores a se desenvolverem resguardadas pelas cercas protetoras, já esboçando tímidas regiões de sombra no quadro geral daquela largura descampada. Nas fotos cronologicamente sucessivas, o observador pode acompanhar o crescimento vegetal, claramente disciplinado pelas autoridades responsáveis, com a prevenção de galhos muito baixos que prejudicassem os pedestres ou mesmo o bonde a circular por entre as copas (PREFEITURA, 1994, p. 83-112; ARRUDA, 2003, p. 59-105).

Numa foto datada de 1930, destaca-se o grande movimento de pedestres ao lado do abrigo dos passageiros dos bondes, tudo emoldurado pelo verde das fileiras de fícus,

sugerindo uma interação entre os transeuntes e as árvores. Muitos se concentram nas suas sombras e ao lado dos abrigos de passageiros de bondes, que circulavam em estreita via por entre as árvores. Através das copas que emolduram a foto, imiscui-se a claridade do sol. Da Avenida, só se retratam, numa aliança amável, as pessoas, as árvores, os caminhos. A arquitetura além do verde permanece oculta. O fotógrafo parece desejar levar o observador a ser mais um dos caminhantes, numa hora de grande burburinho e vivacidade da avenida (Figura 1).



Figura 1. Av. Afonso Pena, 1930. (Arquivo da Cidade de Belo Horizonte, acervo José Goes).

Mas se tal perspectiva podia ser facilmente identificada por quem quer que freqüentasse o mesmo local, muitos cartões postais e fotos ofereciam uma visão nem tão acessível, mas certamente muito especial: um enfoque panorâmico – desde o alto da Feira de Amostras, prédio de exposições agrícolas e industriais, inaugurado em 1935 - satisfazia o prazer de ver o conjunto, o verdadeiro êxtase de ler tal cosmo, como Ícaro em pleno vôo a ignorar as astúcias dos labirintos de Dédalo. Enxergar, de cima, o extenso tapete verde a desdobrar-se aos pés do observador privilegiado, com a imponente Serra do Curral arrematando toda a paisagem, possibilitando um esquecimento e um desconhecimento da vida “lá em baixo”, onde viviam os praticantes ordinários da cidade (CERTEAU, 2000, p. 170).

Em imagem de 1949, quando vicejavam grandes expectativas desenvolvimentistas - orgulhosas dos primeiros “arranha-céus” de Belo Horizonte, como o edifício do Banco Financial - as árvores continuavam na Afonso Pena, com suas sombras fiéis a abrigarem os poucos pedestres ali presentes naquela hora tranquila. As copas densas escondem os carros que por ventura houvesse, destacando o grande corredor verde alongado até os pés da montanha, num discurso que parece privilegiar uma harmonia entre o progresso e a natureza da “cidade-jardim”. Entretanto, certamente os prédios ganham destaque, e também suas sombras por vezes se estendem por cima dos fícus, evidenciando a concorrência entre o concreto e o verde (Figura 2).



Figura 2. Avenida Afonso Pena, 1949 (Arquivo da Cidade de Belo Horizonte, acervo J. Góes).

Ao longo das décadas, o vai e vem dos pedestres construiu uma grande diversidade de faces da Afonso Pena. Por ela passaram figuras das mais ilustres. Em 1920, Carlos Drummond de Andrade, então com cerca de dezoito anos, viu o rei belga desfilar na Avenida, “primeiro rei entre renques de ficus e aplausos” onde só transitavam “burocratas, estudantes, pés-rapados” (ANDRADE, 1979). Mas por ali também passaram Hermes da Fonseca, Rui Barbosa, João Pinheiro, Bia Fortes, Juscelino Kubitschek, Getúlio Vargas, os pracinhas de retorno da Grande Guerra, a miss Brasil de 1961, os jogadores de futebol vitoriosos e todo o tipo de gente apinhada nos bondes. Na avenida ficava grande parte dos principais prédios da cidade, repletos de escritórios, consultórios médicos, gabinetes dentários, escolas de língua estrangeira, bibliotecas. O Parque Municipal abria seus 600 mil metros quadrados de área verde para o centro da avenida (área atualmente reduzida a 180 mil metros quadrados). Havia cafés, cinemas, bancas de jornal, livrarias, lojas de todo tipo e diferentes freguesias (COELHO, 31/01/1963, p. 2, AULICUS, 1989, p. 10).

Pela Afonso Pena transitavam não apenas os que iam ao trabalho ou à escola, mas também que desejavam conhecer a moda, flanar, bater carteiras, saber o resultado do jogo do bicho, da loteria ou do futebol, perambular simplesmente, discutir política, namorar no *footing*, assistir comício, rezar missa do Galo na Igreja São José, participar de alerta antiaéreo durante a segunda guerra, assistir ao carnaval, passar trote em estudante, visitar a Feira de Amostras e suas exposições de produtos mineiros. A vida política ganhava ali um destaque especial: quebra-quebra ou manifestação de greve só faziam estardalhaço verdadeiro se ocorressem no coração da avenida, a Praça Sete.

Praça Sete: antes 12 de outubro, passou a ter esse nome ao ganhar um obelisco nas comemorações do centenário da Independência, em 1922. As árvores rodeavam o monumento, apelidado de “Pirolito”. Logo se tornou uma verdadeira *ágora*, espaço de convivência política, ponto de encontro dos estudantes do Grêmio Pirolitense, dos políticos das mais diversas tendências e partidos, de escritores, dos oradores entusiasmados e esperançosos

com o fim do Estado Novo (COELHO, 31/01/1963; RIBEIRO, 2000, p. 229; CARVALHO, 1953, p. 57).

Dona de muitas faces, palco de muitas cenas, a Avenida Afonso Pena saiu dos sonhos dos engenheiros de uma cidade perfeita, mas ganhou vida ao longo do tempo em que foi percorrida, escrita, fotografada, visitada, modificada em sua arquitetura, inventada em trajetos diversos. Tornou-se uma referência partilhada, um local de memória, um espaço praticado. Sua história se construiu amalgamada à dos seus frondosos fícus, cujas sombras refrescavam os passos de seus caminhantes que, contagiadados pelo lirismo de tão denso verde, avançavam sobre o chão cravado de grossas raízes e salpicado pelos seus pequenos frutos.

3 O corte dos fícus

Já nas primeiras décadas, o crescimento do ficus trouxe os primeiros problemas para a administração pública, evidenciando seus problemas da aclimatação. Em 1930, procedeu-se à primeira poda, visando “manter as árvores nos limites de uma arborização educada e uniforme” (RELATÓRIO, 1931, p. 159). O engenheiro responsável ironizava os “técnicos improvisados” a anunciar a morte das árvores pela drástica redução das copas, garantindo que ela levaria a uma reconstituição muito mais viçosa que a original.

A reação foi intensa. O corte desnudou os prédios ao longo da avenida, configurando uma paisagem irreconhecível e gerando protestos, pois, “para muita gente, à proporção que marchava o desbaste, crescia a desilusão” e a capital “parecia perder seu encanto” (EM¹, 29/04/1930).

Em suas crônicas, Carlos Drummond de Andrade expressava a ambigüidade de seus concidadãos. Numa delas, dava voz a um amigo desiludido com a revelação da “avenida ao sol”. Antes, ela lhe parecia misteriosa, “com a reta dos troncos misturando bazares, ‘flirts’, vitrinas, bares, casas bancárias, tudo isso animado e povoado pelo múltiplo animal humano”. Agora, ela era uma rua como qualquer outra, uma Gioconda sem sorriso (ANDRADE, 06/05/1930, p. 10). No dia seguinte, a voz de outro amigo ironizava os “amigos do verde”, radicais de espírito preguiçoso, acostumados a lugares comuns, como a de que “ruas atulhadas de verdura” seriam belas. Entretanto, aqueles fícus bem podiam abalar os alicerces das casas e até o obelisco da Praça Sete. O que era uma simples correção das “sagradas árvores da Avenida Afonso Pena”, um mero “desbaste de cabeleireiro discreto” afogou-se como um crime. Mas a via ganhava em iluminação, em beleza, assim como tantas ruas de terras civilizadas que não tinham “nem um arbustozinho para remédio” (ANDRADE, 07/05/1930, p. 8).

Entre aplausos e protestos, a verdade é que várias daquelas árvores realmente adoeceram logo depois, sem que a municipalidade chegassem a diagnosticar a origem do mal. Logo no início de 1934, a imprensa local comentava como a combinação do calor do verão com o visível definhamento dos fícus assustava os habitantes. Temerosos de perder “um dos maiores encantos, uma parte integrante da cidade, um pouco da sua vida cotidiana”, solicitavam providências para assegurar a sobrevivência das árvores, doentes já há algum tempo (DT, 20/02/1934, p. 1). Muitas realmente morreram e foram substituídas por outras da mesma espécie. Antes do fim da década, outra notícia comemorava o fato de que, apesar

do progresso e dos edifícios cada vez mais altos, “as árvores continuavam a ser ainda o elemento principal da vista da cidade”, com destaque para “a sombra generosa dos fícus da Avenida” (FM, 21/09/1939, p. 3).

Belo Horizonte realmente se transformou bastante a partir dos anos 1940. Desde então, afirmou-se como a capital da “Minas Gerais do ferro”. Viveu um processo de industrialização e um impulso desenvolvimentista com a crescente ação do Estado e uma expressiva diferenciação das elites mineiras no âmbito nacional. Se nas primeiras décadas do século XX esboçara-se um projeto de economia diferenciada, com objetivo de uma racionalização da agropecuária como base da industrialização, entre 1951 e 1955 predominaram os planos de uma especialização produtiva, no qual a atividade siderúrgica era o carro chefe. Já em 1938, o governo fundou um parque industrial em Betim, nas proximidades de Belo Horizonte, do qual se desmembraram, em 1948, mais dois municípios industriais: Contagem e Ibirité. Evidenciando a tendência rodoviária da época, a fundação da Fernão Dias em 1950 e seu asfaltamento em 1958 dinamizaram toda a região, interligando-a ao estado de São Paulo (DULCI, 1999; CARVALHO, 2005, p. 68-74).

Ao longo daqueles anos, Minas Gerais conheceu um ritmo alucinante de desflorestamento. A lenha era a principal fonte de energia, as siderúrgicas demandavam uma imensa quantidade de carvão vegetal e as práticas agrícolas mantinham o uso das queimadas. Calcula-se que as reservas florestais diminuíram de 47,8% da área total do território do Estado em 1911 para 28,6% em 1950; 7% em 1960 e, alarmantemente, 2% em 1965. Outra estimativa aponta uma diminuição de florestas nativas em Minas, entre 1950 e 1964, de 91 para 35 mil km² (de 16,5% para 6% do território total, que é de 588,4 mil km²) (DUARTE; OSTOS, 2005, p. 80; EM, 19/09/1963, p. 11 e 21/09/1969, p. 5; DULCI, 1999, p. 90; DEAN, 2000, p. 291).

A partir de 1950, o perímetro da capital foi uma das áreas mais atingidas pelo desmate. Vários fatores contribuíram para tanto, como a fundação do Parque Industrial, a migração, o aumento populacional de 350 para 700 mil habitantes em dez anos, a abertura de estradas, o incremento da construção civil e do índice de favelamento. Em trágico confrontamento em setembro de 1963, exemplo de tantos outros, a polícia militar foi acionada para conter “o verdadeiro assalto praticado contra plantações de eucalipto” numa área periférica em que 500 famílias construíam seus barracos (SIQUEIRA; FARIA, 1997, p. 75; EM, 12/09/1963, p. 5). Se isso ocorria em propriedades privadas, pode-se supor também que qualquer árvore que se destacasse sobre estas paisagens seria convertida imediatamente – por motivos óbvios de sobrevivência – em madeira para construções precárias ou lenha para fogões. Enfim, o desmatamento andava de par tanto com as ricas atividades das atividades siderúrgicas insaciáveis por carvão, quanto com a multiplicação das necessidades básicas das crescentes populações desvalidas.

Naqueles primeiros anos da década de 1960, a vida na capital estava muito longe da situação idealizada no título de “cidade vergel”. A falta de planos de urbanização no quadro de um crescimento populacional tão amplo levou a uma situação de constante falta de água (pelo esgotamento dos mananciais mais próximos) e precariedade da coleta de lixo. Belo Horizonte - cercada de “favelas onde a miséria ostentava os seus padrões mais dolorosos” - não tinha rede de esgotos suficientes, suas ruas eram esburacadas e imundas (LIMA JUNIOR, 1960, p. 4). Alguns índices não deixam dúvidas sobre tal gravidade: em

1962, Belo Horizonte somou 886 mortes por gastrenterite, ganhando o vergonhoso primeiro lugar de incidência no Brasil. Numa população de 800 mil habitantes, alcançava a taxa de mortalidade anual por diarréia aguda de 110 por 100.000 habitantes, ou seja, a cada cem mil pessoas, cento e dez morriam dessa doença² (BI, 18 a 24/11/1963, p. 7).

Em 1963, quando a população girava em torno de 900 mil habitantes, foram empregados 42 mil veículos, ou seja, havia cerca de um carro para cada 21 cidadinos. Em 1964, havia um milhão de habitantes e 50 mil carros. Calculava-se que, só pela Avenida Afonso Pena, transitavam 200 mil pessoas e 30 mil veículos a cada dia. Um dos locais preferidos de estacionamento era nos espaços centrais da própria avenida, na maior parte das vezes por cima das raízes mais superficiais dos fícus, quase paralelas ao chão, causando certamente grandes danos para a vitalidade daquelas árvores (DT, 12/12/1963, p. 1; EM, 20/09/1964, p. 4; COELHO, 1963, p. 2).

Ao longo de todo o seu corredor verde, a Avenida Afonso Pena possuía 350 fícus. Alguns datavam dos primeiros anos da cidade. Ao longo das décadas, como vimos, muitos adoeceram e tiveram que ser replantados. A arborização foi gradativamente alongada em direção à Serra do Curral. No início dos anos 1960, uma forte praga de insetos instalou-se naquelas árvores, fato que assumiu importantes desdobramentos.

A força com que os insetos se abateram sobre os fícus pode ser, em parte, explicada pela própria situação deles naquela avenida entre fins dos anos 1950 e início dos anos 1960. Suas raízes eram constantemente danificadas pelas rodas e peso dos carros ali frequentemente estacionados. Seus troncos eram recobertos constantemente por propagandas e cartazes, assim como por escritos danificadores de suas cascas. A falta crônica de água em Belo Horizonte certamente impedia que as árvores públicas recebessem qualquer tipo de irrigação regular. Por fim, as podas “educativas” - como eram chamados os cortes em linhas e ângulos retos de suas copas - não seguiam os padrões de cuidados botânicos essenciais à saúde das árvores (DT, 26/11/1963, p. 1; LUTZENBERGER, 1992, p. 17-22).

Mas certamente o ataque dos tripeiros participou de um desastre ecológico de dimensões mais amplas, naqueles anos. O *Gynaikothrips ficorum* Marchal 1908 é um inseto de origem sul-asiática e ocorrência pan-tropical, espalhado pelas áreas mais diversas por onde o fícus se aclimatou como Israel, Palestina, Sicília, Espanha, Algéria, Ilhas Canárias e por toda a América. Os tripeiros atingem 2,6 a 3,6 mm em fase adulta. Apesar de permanecerem a maior parte do tempo junto às folhas em sua alimentação contínua e destruidora, podem voar muito rapidamente quando estimulados por algum fator, especialmente quando há calor excessivo. Nessa ocasião, podem picar as pessoas ou cair em seus olhos.

Por volta de 1960, houve um grande descontrole desses insetos nos Estados Unidos da América, abrangendo os fícus do Havaí à Flórida, passando pela Califórnia e Texas. Provavelmente nesta mesma época – marcada pela vitória da Revolução Cubana em 1959 – estes pequenos e destrutivos insetos foram apelidados de *Cuban lauren thrips*. (LEWIS, 1973, p. 251) No Brasil, eles chegaram por volta de 1961. Há notícias de problemas por sua ocorrência no Rio de Janeiro, Niterói, Campinas, Santos, várias cidades no nordeste e Belo Horizonte. No Rio, foram apelidados de *lacerdinhos* (referência ao então prefeito Carlos Lacerda) ou de *Che Guevaras*.

Em Belo Horizonte, a peste iniciou-se entre 1961/1962, na gestão do prefeito Amintas de Barros, com “milhões de insetos a incomodar a todos”: eram os “amintinhos”. As primeiras providências incluíram o uso de inseticidas. Em fevereiro de 1963, anunciou-se a “posse de poderosa droga capaz de acabar de vez com os bichinhos”. A população vivia uma situação de grande desconforto. Antigos moradores relatam como as roupas ficavam impregnadas dos insetos ao se passar naquela via. Os olhos eram freqüentemente atingidos, levando ao desespero (COELHO, 1963, p. 2; DI, 15/02/1963, p. 2; SANTOS 01/02/06; PEREIRA 24/02/2006).

Em 1962 os belorizontinos assistiram a uma mudança radical na Avenida: os fícos da Praça Sete foram eliminados e o obelisco foi sumariamente retirado, sendo substituído por um monumento quadrangular, com bustos de vários mineiros ilustres. A prefeitura alegou a necessidade de melhorar o trânsito no local. Muitas crônicas lamentaram o ocorrido, especialmente pelo obelisco, verdadeiro símbolo da sociabilidade política construída ao seu redor ao longo das décadas. Os que se reuniam para os mais variados debates e manifestações deixaram de contar com o refrescante abrigo das árvores, outros alertavam para o aumento dos danos da poluição e o esperado aquecimento das temperaturas (RACIÓPPI, 1963, p. 4; NOGUEIRA, 1963, p. 2; MURAD, 1963, p. 4).

A cidade parou para ver o corte dos fícos da Praça Sete, realizado ainda na administração do prefeito Amintas de Barros. A imagem de um fotógrafo anônimo mostra o povo em torno de um dos troncos. A paisagem é de absoluta ruína, de uma terra arrasada. Com toda a sua copa podada até os tocos dos galhos, o tronco mostra a precariedade do tratamento dado à árvore em vida, pois, ao seu redor, vários cartazes de propaganda política haviam sido colados. Ao fundo, outros troncos em igual condição. Um mundo de gente acompanhou a derrubada, que incluía a retirada das raízes, com a abertura de um fundo buraco no chão. Os homens e rapazolas com a mão no bolso ou de braços cruzados, atrás da linha de proteção, parecem emudecidos, estupefatos, talvez pela potência da máquina necessária para vencer



Figura 3. Corte dos fícos na Praça Sete, 1962 (Arquivo da Cidade de Belo Horizonte, acervo J. Góes).

a árvore ou quem sabe simplesmente pela destruição em si, que a tantos apareceu como um ato de vandalismo das autoridades (Figura 3).

Nas semanas seguintes, os tripes parecem ter aumentado sua atividade, pois noticiou-se sua “impressionante capacidade de proliferação”. Um dos jornais mais conservadores de Belo Horizonte, *O Diário*, denunciava o incremento da praga, utilizando-se do apelido norte-americano para os insetos, apontando a ilha de Cuba como sua área de origem, onde seriam combatidos com “precários métodos comunistas”. Numa época em que Cuba aparecia como uma fonte de perigos maléficos para toda a América Latina aos olhos de uma direita crescentemente paranóica, os *Cuban Lauren Trips* eram apontados como uma ameaça fatal, pois aumentariam em proporção geométrica, com perigo de se espalharem por todas as outras árvores, mas também pelos jardins, pomares, quintais e, quem sabe, penetrariam nos lares, passeando pelos rostos e entrando pelos olhos, “declarando guerra aos homens que os não souberam combater”. A analogia com o comunismo é óbvia, principalmente pela infinitude de matérias histéricas contra a Revolução Cubana ostentadas diariamente naquele jornal (DI, 21/02/1963, p. 3).

Ao longo do ano, os tripes reproduziram-se com vigor. Como já argumentado, as árvores provavelmente não se encontravam saudáveis o suficiente para oferecerem alguma resistência aos insetos. Por outro lado, não há referências a predadores naturais realmente eficazes contra os invasores. A avifauna urbana era constituída predominantemente por pardais. A presença desses pássaros não era recente. Já em 1930, na época da primeira poda dos fícus, Carlos Drummond de Andrade lamentava “a Avenida sem pardais”, desde então desabrigados. Para outro poeta, Belo Horizonte era a cidade onde “pardais cantam dentro da madrugada”. Uma entrevistada lembra-se como, por volta de 1944, voltava da escola ao entardecer, descendo toda a Avenida, caminhando por entre as árvores e ouvindo seu impressionante e inesquecível bulício. No início de 1963, um cronista afirmava como a maioria dos cidadãos “lamentava o desaparecimento dos pardais e suas algazarras ao pôr do sol, nas copas das árvores” (ANDRADE, 07/05/1930, p. 8; GOMES, 1973, p. 9; SANTOS 01/02/2006; COELHO, 1963, p. 2).

Acreditamos que outros tipos de pássaros além dos pardais eram muito raros nas regiões mais centrais e não há qualquer menção nas fontes escritas. O depoimento de um morador que, na segunda metade da década de 1960 - numa prática muito comum entre os meninos da época, quando predominavam outras sensibilidades em relação ao meio natural - adorava pegar sua espingardinha de chumbo e sair em campeonatos de tirar em passarinhos é significativo. Numa área a poucos quilômetros da Afonso Pena, a Avenida dos Andradas, bem próxima ao Parque Municipal, ele e seus amigos eram capazes de matar, cada um, entre 50 e 70 pardais numa só tarde, numa verdadeira competição. Questionado se havia outros passarinhos e se a mira tinha que ser seletiva, o entrevistado foi categórico: só se avistavam pardais, assim como toda a área era plantada de um único tipo de árvore, das quais os meninos retiravam os frutinhos em forma de cacho para outras brincadeiras, o *Ligustrum japonicum*, outra espécie aclimatada e muito comum nas ruas da cidade até os dias de hoje (MARQUES, 05/02/2006). A enorme homogeneidade vegetal das ruas também pode ser considerada como um outro fator inibidor da presença de uma diversidade maior de pássaros.

Os pardais, ou *Passer domesticus* Linnaeus 1758, tornaram-se aves predominantes em várias cidades brasileiras, por muitas décadas. Há certa polêmica acerca dos motivos e condições exatas de sua introdução no país, mas é consenso que ela ocorreu no alvorecer do século XX. A acusação de que eles teriam sido os responsáveis pelo desaparecimento de outros pássaros, nos meios urbanos, é bastante recorrente. Entretanto, a observação científica não comprova essa afirmativa. Na verdade, os pardais são oportunistas, pois prosperam onde os outros passarinhos não encontram condições de sobrevivência (assim como o pombo doméstico). Fazem seus ninhos em árvores, mas também são capazes de construí-los em calhas, beirais desfeitos, muros em ruínas. Onívoros, alimentam-se de frutos, sementes e insetos, mas possuem enorme capacidade de adaptar-se a diferentes regimes alimentares, sobrevivendo muito bem com os detritos espalhados pelas ruas (PINTO, 1933, p. 15-20; SICK, 1959, p. 8-21; SICK 1971, p. 113-120).

Talvez pelas péssimas condições sanitárias da época em Belo Horizonte (apontada pela imprensa da época como uma cidade suja e com lixo espalhado pelas ruas), os pardais, apesar de numerosos, não se constituíram como predadores significativos dos tripeiros. Apesar de serem poderosos insetívoros durante os primeiros dias de vida – quando são alimentados apenas com insetos por seus progenitores – os pardais dessa cidade provavelmente tinham uma oferta suficiente de alimento pelas calçadas para se preocuparem efetivamente com os tripeiros. Assim, três espécies exóticas conviviam em meio ao crescimento desordenado da cidade, todas três gerando incômodos diversos. Os tripeiros eram odiados pela sua inopportunidade abordagem dos transeuntes, entrando em seus olhos ou grudando em suas roupas. Os pardais, apesar da simpatia dos poetas e de alguns habitantes, eram majoritariamente considerados como intrusos nocivos como ratos ou ainda acusados de agredir e expulsar os outros passarinhos, especialmente o tico-tico. E, finalmente, muitos passaram a condenar os fícos por abrigarem a praga dos insetos, mas especialmente por impedirem o trânsito dos carros e o progresso da cidade.

A ação da prefeitura de eliminar os fícos iniciou-se sem qualquer consulta ao público, sem nenhum anúncio pela imprensa. Ao contrário do que ocorreu na Praça Sete, onde os operários agiam em pleno dia, o corte iniciou-se durante a noite do dia 19 de novembro de 1963, após o fim do burburinho cotidiano (Figura 4).

Daquela data até meados de dezembro, cada manhã trazia uma avenida crescentemente irreconhecível, pois os cortes sempre eram realizados à noite (Figura 5). Segundo o prefeito Jorge Carone, isso decorria da necessidade de permitir o movimento de carros e transeuntes, intenso durante o dia. Para muitos, entretanto, tal atitude parecia reforçar a atribuição de um caráter sorrateiro das autoridades municipais, destruindo traíçoeiramente o que aparecia como um bem comum, um lugar de memória coletiva, em nome do progresso e do desenvolvimento da cidade (EM, 29/11/1963, p. 4).

O corte dos fícos tornou-se um ponto polêmico e foi intensamente debatido durante aqueles dias, envolvendo atores políticos, moradores de toda a cidade, lojistas da Avenida, cronistas, poetas e toda a imprensa. Mas aquele era também um momento político extremamente tenso, com meses decisivos da ascensão das articulações contra o governo do presidente João Goulart. Tanto as manifestações acerca do assassinato de John Kennedy (22/11/1963) quanto as homenagens anuais aos militares mortos na Intentona Comunista



Figura 4. Poda dos ficus na Afonso Pena, 1963 (Jornal Estado de Minas).



Figura 5. Avenida Afonso Pena, 1963 (Jornal Estado de Minas).

(27/11/1935) receberam um tom reacionário adicional. As festas do 66º aniversário da cidade (12/12/1963) foram revestidas de um cunho religioso conservador, com celebrações em prol dos valores mais tradicionais. As denúncias de um golpe em marcha eram diárias e partiam tanto dos governistas quanto da oposição.

Também naqueles dias, a cidade viveu um dos anos mais quentes de sua história, fato associado por muitos às dimensões estrondosas da devastação das matas do estado de Minas Gerais, devido ao uso de carvão vegetal para alimentar os fornos das várias siderúrgicas ali atuantes. Nos mesmos dias em que as árvores – fonte de sombras e refresco das temperaturas do centro da cidade - foram cortadas, o calor chegou a 36 graus centígrados à sombra, arrematando um ano de estio prolongado. Os reservatórios de água de Minas Gerais atingiram níveis baixíssimos, comprometendo o abastecimento em várias regiões, dentro as quais a cidade de Belo Horizonte. Com o calor, as condições sanitárias precárias tornavam-se ainda mais danosas: na semana entre 18 e 24 de novembro morreram 35 crianças de diarréia aguda em Belo Horizonte. Provavelmente, tais coincidências contribuíram para agravar o mal estar gerado entre todos os que assistiram o rápido desmate de toda a avenida: sem árvores, sem sombras, sem água, sem saúde e vitimados por uma intensa canícula (DT, 30/11/1963, p. 2; 07/12/1963, p. 2, 12/12/1963, p. 1; BI, 18-24/12/1963, p. 7).

Iniciou-se o corte e várias versões circularam pelos jornais da cidade. Algumas notícias afirmavam que só iriam ser feitas podas radicais (o que significava retirar todos os galhos), ou que todos os fícus cortados seriam substituídos por novas mudas, ou ainda que só alguns quarteirões seriam atingidos. As justificativas da prefeitura também variaram e, nos primeiros dias, afirmava-se que a retirada atingiria apenas algumas árvores já mortas pelos tripes. Ao longo dos dias, o discurso sobre a necessidade de liberar o tráfego explicitou-se e foram anunciados os planos de alargamento das pistas para os carros, com eliminação total de todos os fícus (EM, 20/11/1963, p. 8; DT, 20/11/1963, p. 1; CM, 20/11/1963, p. 2).

Jorge Carone elegera-se pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de tendência nacional populista, e declarava-se um aliado de João Goulart. Apoando-se num discurso desenvolvimentista de esquerda, tentava apresentar sua gestão como voltada para o combate aos problemas sérios de urbanização então predominantes. Apresentava-se como “um homem resoluto que traçou um plano de realizações” e não temia executar tudo o que planejara, mesmo contrariando a muitos, “a golpes de talento e de tenacidade, a arreganhos de raça e de vigor” (CARONE, 1963, p. 7).

O episódio ganhou contornos políticos e muitos atores participaram dos debates. Não havia consenso e, mesmo entre os que partilhavam a mesma postura de defesa ou crítica da medida, o fizeram, muitas vezes, com motivações diversas.

Os comerciantes apoiavam a ação, pois isso clarearia as lojas e atrairia mais fregueses. A Associação Comercial exigia apenas um projeto urbanístico adequado após o sacrifício das árvores. Muitas pessoas provavelmente foram convencidas da invencibilidade dos tripes e a inexorabilidade da medida. O diretor do Arquivo Público Mineiro, consultado sobre o ataque ao patrimônio público, apoiou o prefeito. As árvores já estavam condenadas, outras seriam plantadas: Belo Horizonte só teria a ganhar, mesmo que a saudade fizesse “o povo chorar nas ruas suas árvores mortas”. Cronistas formadores de opinião, como Odin de Andrade, convocado por seus leitores a manifestar-se, viu-se obrigado a confessar que

apoiaava o ato, indispensável à expansão do tráfego numa avenida onde os ficus haviam se tornado “absurdos, arcaicos, feios”. Lamentá-los seria pieguice, mero saudosismo, em nome das tradições e das sombras. Também o editor do jornal *O Binômio*, José Maria Rabelo, declarou-se absolutamente favorável à medida, pois as árvores impediam o tráfego. O jornal, que seguia uma linha editorial esquerdistas e combativa, destoou dos outros, nada publicando durante os dias da intervenção na Avenida. Pressionado por seus leitores, constituído prioritariamente por intelectuais e artistas, o editor assinou um tardio artigo, fundamentado em concepções francamente desenvolvimentistas, cumprimentando o prefeito por enfrentar a reação dos saudosistas e encarar a necessidade de reformas radicais que viabilizassem o crescimento da cidade, mesmo que isso afrontasse as opiniões de alguns leitores (CM 21/11/1963, p. 4; FM, 08/12/1963, p. 6; DM, 01/12/1963, p. 13.; ANDRADE, 27/01/1963, p. 2; RABELO, 30/12/1963, p. 3).

Mas certamente muitos lamentaram a devastaçāo dos ficus. A imprensa passou a receber protestos diários da população (“choveram telefonemas”), o que indica a indignação de uma parcela de classe média, detentoras desse aparelho não tão comum nas residências, naqueles anos. As fotos publicadas nas páginas dos jornais traziam a imagem de atos bárbaros, com homens empunhando machados em torno de árvores desfiguradas. As legendas carpiam: “morte chega de noite para as árvores”, ‘o desnudamento da Avenida’, “adeus às árvores”. Carlos Drummond de Andrade, então no Rio de Janeiro, publicou crônica pedindo a seus leitores belorizontinos que não lhe mandassem mais fotos dos tocos mutilados, da Avenida transformada numa “galeria trágica e ridícula de aleijadinho”, da “fabricação de ruínas” pela ação de “uma autoridade dendroclasta, dendrófoba ou dendricida” (ANDRADE, 11/12/1963, p. 4) O calor daqueles dias evidenciava ainda mais a necessidade da sombra das árvores, e predominou a certeza de que os tripes poderiam ter sido combatidos e vencidos.

Na verdade, os opositores políticos de Carone passaram a acusá-lo de ter envenenado os ficus para justificar seu corte. Alguns vereadores solicitaram a abertura de inquérito para apurar denúncias de que a morte das árvores tivera um frio planejamento. Exigiram ainda que houvesse prestação de contas pela lenha vendida, que chegou a dois mil metros cúbicos de madeira. Também a Sociedade Mineira dos Engenheiros Agrônomos protestou, divulgando nota na qual desmentia a afirmação de que os tripes eram resistentes aos inseticidas, apontando soluções técnicas para o problema, criticando a arbitrariedade do prefeito ao lidar com as árvores, que eram patrimônio público, exigindo a suspensão imediata dos cortes. O presidente do IEF, Dirceu Duarte Braga, membro da UDN e ligado às correntes conservadoras em Minas Gerais, acusou o prefeito de agir criminosamente, ameaçando medidas cabíveis caso o envenenamento fosse comprovado.

Em todos esses debates, muitas outras questões se insinuavam nas falas dos participantes. Aquele era um momento decisivo na história do Brasil com o impacto das reformas promovidas pelo governo de João Goulart, o avanço da histeria anticomunista da direita e das classes médias, as ilusões desenvolvimentistas da esquerda, a efervescência ideológica e política entre estudantes e intelectuais, o fascínio e o terror gerado pela Revolução Cubana, o surgimento de John Kennedy como um mártir pela democracia no Ocidente, os dilemas de uma nação em busca da modernidade e do progresso num mundo dividido pela Guerra Fria, a relativização dos valores de apreço à natureza em prol da ansiedade pelo

crescimento. Nesse contexto, o corte das árvores era um evento onde se implicavam muitas outras escolhas e dilemas. Mais que meramente o ato arbitrário de um prefeito, expressou a gravidade da encruzilhada em que se encontrava a sociedade brasileira, num momento de soluções dramáticas. Curiosamente, setores da esquerda nacional populista defenderam o corte em nome da necessidade de desenvolvimento. Nos meses que se seguiram, o golpe de estado de março de 1964 “cortou” bruscamente uma série de outras possibilidades políticas delineadas durante a experiência democrática em curso desde 1945, em prol de um projeto também revestido de tons desenvolvimentistas, ainda que cuidadosamente urdido à defesa das tradições da família, da religião e da propriedade. As ações políticas se caracterizaram pelo radicalismo, e essa foi a marca da ação da prefeitura sobre as árvores da cidade, num claro exemplo de paralelo das relações dos homens entre si e daquelas estabelecidas entre as sociedades e o meio natural.

Enquanto agia o “impiedoso machado municipal”, a sala de um dos principais edifícios da Avenida Afonso Pena, o *Acaíaca*, abrigava calorosas discussões de um grupo de empresários e políticos autoproclamados como os “Novos Inconfidentes” em uma articulada conspiração decisiva para o golpe que derrubou João Goulart, poucos meses depois (STARLING, 1986, p. 56). Em março de 1964, um desfile militar realizou-se por todas as novas pistas, recém inauguradas. Em maio, a Marcha da Família, com Deus e pela Propriedade ocorreu também na Afonso Pena, em clima de vitória. As fotos mostram a Avenida desnudada, tornando bem visível, do alto dos edifícios que a circundavam, o duro cortejo das tropas ou os cartazes histéricos das mulheres católicas. Tais fatos inauguravam tempos tristes, nos quais o campo de escolhas de caminhos possíveis para a sociedade brasileira fatalmente se estreitaram, com a vitória de um projeto político e econômico de modernização conservadora associada aos interesses multinacionais. Enquanto isso, a cidade se tornava gradativamente menos verde, continuavam as derrubadas das árvores das ruas para abertura das vias, os jardins de várias igrejas foram vendidos para a abertura de estabelecimentos comerciais, as atividades mineradoras depauperaram a Serra do Curral. A essa cidade, o poeta se recusaria a retornar, pois, despida de seus túneis verdes e de seus canteiros, transformara-se em um “triste horizonte” (ANDRADE, 1977).

4 À guisa de conclusão

Nas décadas seguintes, a Afonso Pena manteria seu papel de corredor político da cidade. Nela ocorriam as mais importantes manifestações políticas de Belo Horizonte. Outros projetos urbanísticos instauraram um largo canteiro central repleto de árvores nativas, como quaresmeiras, sibipurunas, paus-ferro, dentre outras. Olhar a Avenida do alto voltou a ser um prazer ao observador. Entretanto, em 1963, o evento dos fícus apareceu como um momento de desalento para muitos.

Neste artigo, nossa intenção foi, a partir de um estudo de caso, discutir aspectos das relações dos cidadãos com os elementos naturais existentes no meio urbano. A natureza é ali tão explicitamente construída pela ação humana quanto necessária à constituição de um espaço em que seja possível viver. Em suas mais variadas práticas cotidianas e em suas opções políticas, os homens constituem seu ambiente. E, certamente, quando discutem sobre as

árvores de suas ruas, ou sobre os jardins de suas cidades, travam um importante momento do debate maior sobre a sociedade em que desejam viver e quais valores deverão prevalecer.

Referências bibliográficas

- A CIDADE. Folha de Minas, Belo Horizonte, 21 set. 1939. Caderno Principal, p. 3.
- ANDRADE, C. D. *Alguma Poesia*. Belo Horizonte: Pindorama, 1930.
- _____. Avenida do Sol. Minas Gerais, Belo Horizonte, 06 maio 1930, p. 10.
- _____. Amigos do Verde. Minas Gerais, Belo Horizonte, 07 maio 1930, p. 8.
- _____. Árvores, um casal. Estado de Minas, Belo Horizonte, 11 dez. 1963, Segundo Caderno, p. 4.
- _____. Triste Horizonte. In: Discurso de primavera e algumas sombras. Rio de Janeiro, José Olympio, 1977.
- _____. Esquecer para lembrar. Rio de Janeiro, José Olympio, 1979.
- ANDRADE, Odin de. A propósito da derrubada. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 27 nov. 1963, p. 2.
- ANDRADE, M. *Poesias Completas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.
- ARRUDA, R. (Org.). *Álbum de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- AULICUS, C.; PENA A. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 dez. 1989, p. 10.
- BARRETO, A. *Resumo literário de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1950.
- BORGES, M.E. *História e fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- CARONE promove administração revolucionária (matéria paga). *O Diário*, Belo Horizonte, 12 dez. 1963, p. 7.
- CARVALHO, J. M. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. Os bestializados. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. Ouro, terra e ferro: vozes de Minas. In: GOMES, Ângela Castro (Org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 55-78.
- CARVALHO, V. Bate papo com o Pirolito. *Anuário de Belo Horizonte*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 57-62, 1953.
- CASTRO, E. V. Prefácio. In: Arnt, R. *Um artifício orgânico*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p. 13-28.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. São Paulo: Vozes, 2000.
- CHACHAM, V. A memória urbana entre o panorama e as ruínas. In: DUTRA, E. (Org.). *BH: horizonte históricos*. Belo Horizonte: C/Arte Editora, 1996, p. 183-237.
- COELHO, A. Avenida Afonso Pena. *O Diário*, Belo Horizonte, 31 jan. 1963, p. 2.
- CORREIO Agropecuário. São Paulo: Bayer, 1962, mensal.
- DEAN, W. *A ferro e fogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- DUARTE, R.; OSTOS, N.S. Entre ipês e eucaliptos. *Nómades*. Bogotá, n. 22, p. 74-85, abr. 2005.
- DULCI, O. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- FREYRE, G. *Nordeste*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.
- GOMES, J. B. Belo Horizonte, Minas Gerais, *Suplemento Literário*, Belo Horizonte, 05 maio 1973, p. 9.
- JULIÃO, L. Belo Horizonte. In: DUTRA, E. (Org.) *BH: horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte Editora, 1996, p. 49-118.
- LE VEN, Michel. *Classes sociais e poder político na formação espacial de Belo Horizonte*. 1977. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Belo Horizonte: Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, 1989.
- LEWIS, T. *Thrips, their biology, ecology and economic importance*. London: Academic Press, 1973.
- LIMA JR., A. Em qualquer página. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 06 nov. 1960, p. 4.
- LUTZENBERGER, J. *Ecologia*. 11 ed. Porto Alegre: LP&M, 1992.
- MELLO, C. A noiva do trabalho. In: DUTRA, E. (Org.). *BH: horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996, p. 11-48.
- MIRANDA, W. (Org.). *Belo Horizonte: a cidade escrita*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.
- MUMFORD, L. *A cidade na história*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.
- MURAD, J. A derrubada das árvores. *O Diário*, Belo Horizonte, 24 jan. 1963, p. 4.
- NAVA, P. *Beira-mar*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

- NOGUEIRA, L. Tocqueville. Ainda a Praça Sete. *O Diário*, Belo Horizonte, 14 fev. 1963, p. 2.
- PINTO, O. O pardal em suas relações com a agricultura. *Boletim biológico*, São Paulo: Bayer, 1933, p. 15-20.
- PREFEITURA de Belo Horizonte. *Cenas de um belo horizonte*. Belo Horizonte: Prefeitura de BH, 1994.
- RABELO, J.M. As árvores da Avenida. *O Binômio*, Belo Horizonte, 05 jan. 1963, p. 3.
- RACIÓPPI, V. O logro da Praça Sete. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 04 dez. 1963, p. 4.
- RIBEIRO, S. *O espaço público em Belo Horizonte, a Avenida Afonso Pena como lugar de sua manifestação*. 2000. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Belo Horizonte: Escola de Arquitetura/UFMG, 2000.
- RIO, J. *Crônicas*. Lisboa: Bertrand, 1920, p. 99-110.
- SCHAPOCHNIK, N. Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade. In: SEVCENKO, N. (Org.). *História da vida privada no Brasil*, v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 423-512.
- SIQUEIRA, M.; FARIA, M. A. *Belo Horizonte: o fértil solo humano*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1997.
- SICK, H. A invasão da América Latina pelo pardal, com referência especial ao Brasil. *Boletim do Museu Nacional*, série zoológica, Rio de Janeiro, n. 207, p. 1-31, ago. 1959.
- _____. Notas sobre o pardal no Brasil. *Arquivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, n. 54, p. 113-120, 1971.
- STARLING, H. *Os Senhores das Gerais*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- VASCONCELOS, S. Belo Horizonte no seu tempo de calça curta. *Revista Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 34, p. 24-30, 1991.

Jornais consultados e siglas indicativas

- CORREIO DE MINAS. Belo Horizonte. 1963. Diário. (CM)
- DIÁRIO DA TARDE. Belo Horizonte. 1963. Diário. (DT)
- ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte. 1963. Diário. (EM)
- FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte. 1963. Diário. (FM)
- O BINÔMIO. Belo Horizonte, 1963. Semanal. (BN)
- O DIÁRIO. Belo Horizonte. 1963. (DI)
- MINAS GERAIS. Belo Horizonte. 1963. (MG)

Outras fontes

- ACERVOS Fotográficos do Arquivo da Cidade de Belo Horizonte.
- ACERVOS Fotográficos do Museu Histórico Abílio Barreto.
- DECRETOS e Leis municipais de Belo Horizonte. 1899-1963. Imprensa Oficial.
- RELATÓRIOS anuais apresentados pelos prefeitos, 1899-1969. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1899-1869.
- <http://faculty.ucr.edu/~legneref/biotact/ch-36.htm>. Acesso em 15-20 jan. 2006.
- http://creatures.ifas.ufl.edu/orn/thrips/cuban_laurel_thrips.htm. Acesso em 15-20 jan. 2006.
- <http://woodypest.ifas.ufl.edu/thrips.htm> Acesso em 15-20 jan. 2006.
- <http://ipm.ncsu.edu/AG136/thrips3.html>. Acesso em 15-20 jan. 2006.

Entrevistas

- MARQUES, P. Nascido em Belo Horizonte, em 1955, 05 fev. 2006. Entrevista concedida a Regina Horta Duarte.
- PEREIRA, M. Nascido em Belo Horizonte, em 1927, 24 fev. 2006. Entrevista concedida a Regina Horta Duarte.
- SANTOS, M.A. Nascida em Belo Horizonte, em 1928, 01 fev. 2006. Entrevista concedida a Regina Horta Duarte.

Notas

¹ Os nomes dos vários jornais receberam siglas, para facilitar a citação. Ver a relação dos nomes e siglas correspondentes ao final do artigo.

² A taxa de mortalidade é um indicador utilizado mundialmente pelos estudos epidemiológicos. Para uma comparação, informamos ao leitor que, em BH, a taxa de mortalidade por diarréia aguda foi de 2,1 por 100 mil em 1999, e no Brasil, em 2000, a mesma taxa foi de 3 por 100 mil habitantes.